

23 JUN 1997

CORREIO BRAZILIENSE

Cheque em branco de FHC

O presidente Fernando Henrique reclamou dos que só falam e pensam em sucessão e diz que ainda não é hora de campanha às eleições presidenciais do próximo ano. Mas não foi estimulado pelo êxito das manobras reeleitorais de Menem e Fujimori, na Argentina e Peru, que o esquema de criação de factóides políticos de FHC preparou, desde a sua posse na Presidência, em 1995, a estratégia que lhe daria o direito de tentar reeleger-se em 1998? Pois a antecipação, de fato, do debate sucessório, foi consequência dessa estratégia, apoiada pelo próprio presidente.

Outros fatos justificam tal conclusão. Desde o começo da tramitação da emenda constitucional das reeleições, governadores e autoridades federais trabalharam, intensamente, a favor de tal iniciativa, no Congresso. Ficou óbvio que a reeleição não era tema político de interesse geral do país, mas só de FHC, candidato à sucessão de si mesmo. Por esse motivo, o debate sucessório preteriu questões vitais para os brasileiros, como a

solução dos problemas da saúde, emprego, educação, segurança e reforma agrária.

O governo só não abriu mão de itens do seu programa neoliberal: a privatização das estatais, como a Vale do Rio Doce; a abertura do sistema de telecomunicações ao capital externo; e a eliminação de direitos adquiridos dos trabalhadores das empresas públicas e privadas, que inibiam a ação governamental. Tudo em nome de uma suposta modernidade, do equilíbrio orçamentário e da redução das dívidas interna e externa do país. Vê-se hoje que o dinheiro da venda da Vale não se aplicou nesse objetivo.

Caiu, então, significativamente, a popularidade presidencial. O TCU mostrou que FHC cortara recursos de educação, saúde e programas sociais, mas não deixou de ajudar bancos falidos. Deu-se, depois, o caso da compra de votos na Câmara, para aprovar as reeleições. Deputados comprados foram punidos, sem direito de defesa, mas o governo evitou a criação de CPI para apurar quem foram os compradores.

Agora, FHC recebeu — sem o sigilo que desejava, rompido pela imprensa — o ex-prefeito Paulo Maluf (um dos nomes investigados pela CPI dos Precatórios), para acertos políticos. Apesar de reafirmar que não trataram disso, mas de reformas em curso no Congresso (por que então tanto segredo?), FHC frisou que não rejeita nenhum apoio, seja de quem for. Para quê? O governo, que não quis submeter as reeleições a plebiscito, parece julgar-se reeleito, desde já, e quer, agora, fazer tal consulta, juntamente com o pleito de 1998 para tirar da Constituição, em 1999, por maioria de votos, o que as convicções neoliberais de FHC consideram supérfluo. Talvez esse seja o caso dos direitos adquiridos, que resistiram, até aqui, às investidas governamentais. Mas quem pode garantir que FHC não queira também obter do futuro Congresso o fim da proibição de novas reeleições? Se tanto se fez contra as promessas eleitorais, o que não se fará com o cheque em branco dos eleitores? Em tese, poder-se fazer tudo, até a monarquia.